

UM NOVO REPERTÓRIO DA AÇÃO COLETIVA: MOVIMENTO SOCIAL DOS PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR BELO-HORIZONTINA NO ANO DE 1997

Autora: Juniele Rabêlo de Almeida

Filiação Institucional: FAFICH/UFMG

O trabalho ora apresentado pretende tratar do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar, ocorrido em fins do primeiro semestre de 1997 na cidade de Belo Horizonte. Esta greve armada, impactante na esfera pública, caracterizou-se: por ser a primeira na história da Polícia Militar, por ter repercutido no cenário nacional, por apresentar forte coesão e por ter alcançado expressivo apoio de segmentos da população belo-horizontina.

Procurar-se-á na interação entre os conceitos de *repertório e ciclo da ação coletiva*, proposta, respectivamente, por Charles Tillyⁱ e Sidney Tarrowⁱⁱ (caros ao estudo das novas direções referentes à teoria dos movimentos sociais), analisar a manifestação reivindicativa pública de integrantes de uma corporação militar marcada pela disciplina e pela hierarquia.

A crise militar expressou forte caráter inovador. Representou conjuntura em que elementos próprios das corporações policiais militares desgastaram-se, mas não o suficiente para minar as bases da instituição. O conflito foi direcionado pelo questionamento da conduta dos dirigentes da instituição em relação a seu gerenciamento organizacional.

É possível encontrar no ano de 1997, em Belo Horizonte, uma inovação substantiva no *repertório de ações coletivas*, tendo em vista a emergência conjuntural de ato político grevista policial-militar - conflito aberto com armas. A partir de uma rápida difusão modular das ações reivindicativas do baixo escalão da PM em um *ciclo de protestos*ⁱⁱⁱ (PMs do interior de Minas, e de outros estados, aderiram ao *novo repertório*), intensificou-se a solidariedade e conseqüentemente aumentou o poder de mobilização destes atores que enfrentavam oficiais e governo na arena política.

Para Charles Tilly (1995), o *repertório da ação coletiva*, encontra seu significado na interação entre atores, que tendem a ter um conjunto bem definido de meios para a ação em defesa de interesses compartilhados. O conceito não designa assim, performances individuais.

Conforme Carla Anastasia (2001) o *repertório* pode ser identificado ainda, como um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, repartidas e colocadas em prática através de um processo de escolhas "relativamente deliberadas". É a considerável estabilidade por longos períodos e a influência contínua sobre os participantes da ação coletiva que oferecem o padrão distintivo do conceito de *repertório*.

O *repertório* resulta de um aprendizado cultural, não aceitando intervenções externas aos participantes da ação. Observa-se, então, nas interações cotidianas dos atores, expressas em *repertórios de ações*, escolhas de estratégias familiares (em número restrito). Escolhe-se o conjunto de possibilidades para a ação coletiva através da repetição das performances bem sucedidas aliadas a agregação de novas estratégias de ação elaboradas a partir de recursos materiais, organizacionais e conceituais que o grupo tem a disposição. Com a agregação de novas estratégias de ação no *repertório*, nota-se um paradoxo: a fusão de "flexibilidade e ritualização".

A manifestação militar mineira tornou-se um estandarte tático para a ação coletiva dos PMs. Gerou um *ciclo de protestos* militar que alcançou diversas localidades do território nacional, afirmando a iniciativa grevista dos policiais belo-horizontinos enquanto marco de um *novo repertório da ação coletiva* para essa categoria.

Não obstante, a greve militar representou também um momento de inovação no *repertório das greves*, ao colocar em cena policiais (especialistas no controle oficial do espaço público) fardados e armados reivindicando. Os subalternos da corporação apropriaram-se do *repertório de ação grevista*, sem contudo, abandonar o arsenal militar que lhes revela identidade.

Identificamos um diálogo entre uma "cultura militar" (expressa através dos preceitos militarizantes referentes a valores e normas institucionais da PM, compartilhados dentro de um passado e aspirações comuns) e uma "cultura política^{iv} democrática" (relacionada à democratização que se passa nas sociedades contemporâneas, junto às coletividades que a almejam, a partir de uma linguagem política de representações, gestos e ritos, um mesmo ideal).

A experiência histórica da greve militar belo-horizontina, abarcou aspectos tipicamente militares (armas - "tiros"-, fardas, hinos, ordem e outros elementos presentes na formação do PM), bem como elementos caros a ações grevistas "paisanas" (queima de contracheques, minuto de silêncio em memória de colegas mortos em serviço, orações, músicas de protesto e palavras de ordem como "*chega de opressão PM também é cidadão*").

Os ecos de 1997 se fizeram sentir nas eleições de 1998, pois as lideranças grevistas^v mostraram-se campeãs de voto, tanto a nível federal quanto estadual.

O *repertório grevista militar* apontou a *modernidade* - através de uma *cultura política* democrática grevista - e a *tradição* - própria das instituições militares -, no âmbito da convivência social dos soldados-cidadãos, revelados enquanto *sujeitos de direito*^{vi} por este movimento, que almejou reformas, no intuito de manter a Instituição Polícia Militar.

Breve histórico do movimento

No dia cinco de junho de 1997, emergiu a crise da corporação - Polícia Militar - tendo como palco a cidade de Belo Horizonte. Nesse dia, Eduardo Azeredo, então governador de Minas Gerais, após uma reunião com o Comandante-Geral da PM, concedeu um aumento de 11% aos oficiais da Polícia Militar. Os praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), ao tomarem conhecimento desse fato, passaram a reivindicar dentro dos quartéis tratamento similar.

No dia 11 de junho, durante o sepultamento do cabo Glendyson Hércules de Moura^{vii}, os praças ensaiaram um protesto: queimaram seus colchões numa demonstração de insatisfação e revolta, dentro do Batalhão de Choque e do 22º Batalhão da PM.

No dia seguinte, começou a "greve branca": cerca de 200 praças do Batalhão de Choque recusaram-se a sair para fazer o policiamento das ruas da capital. Cabe lembrar que policiais de outros batalhões (13º e 16º BPM) também fizeram manifestações isoladas.

Na sexta-feira, 13, as ruas belo-horizontinas foram tingidas pela cor caqui das fardas. Cerca de dois mil policiais militares participaram de uma caminhada de oito quilômetros pela cidade, na primeira manifestação pública da crise. Os praças da Polícia Militar reivindicaram melhores salários, melhores condições de trabalho, reformas no regulamento interno da corporação e o fim de privilégios e abusos dos oficiais. Vencendo o receio de serem punidos por indisciplina, com prisões administrativas ou outras formas de retaliação, os praças abalaram dois pilares fundamentais do controle organizacional da instituição Polícia Militar: a disciplina e a hierarquia.

Ao longo da passeata e no decorrer do dia, policiais de outros batalhões engrossaram o movimento. Às 15 horas, quando percorreu a Afonso Pena, a passeata já contava com 1.500 policiais, quase todos armados e fardados. Segmento expressivo da população demonstrou apoio ao movimento e aplaudiu quando os praças cantaram o Hino Nacional em coro. Coronéis do Alto-Comando da polícia foram vaiados pelos manifestantes. A partir desta passeata, e ainda dentro do quartel do Batalhão de Choque, o cabo Júlio César Gomes tornou-se o principal líder do movimento.

O governador do Estado, Eduardo Azeredo, adiou viagem à Europa e negociou com os representantes da tropa uma trégua de dez dias^{viii}.

No dia 19 de junho, policiais civil, militar e agentes penitenciários articularam a unificação dos movimentos e promulgaram passeata para o dia 24 (fim da trégua).

Eduardo Azeredo, considerando a situação sob controle, viajou no dia 15 de junho para a Europa. No dia 23 de junho, o Coronel Antônio Carlos dos Santos designou oficialmente os nove membros da comissão que iria representar os interesses dos praças junto ao Comando Geral da PM^{ix}.

A crise militar belo-horizontina agravou-se quando o governador do Estado retornou e decidiu encerrar as negociações. Na terça-feira, 24 de junho, os praças saíram novamente em passeata, aliados aos policiais civis e agentes penitenciários.

Durante a tentativa dos praças de invasão do Alto-Comando da PM situado na Praça da Liberdade, o cabo Valério dos Santos de Oliveira foi atingido por um tiro na cabeça, vindo a falecer posteriormente. Em meio à crise, o governador Eduardo Azeredo recorreu às tropas do Exército que se concentraram nas imediações para garantir a segurança da capital. As negociações prosseguiram por toda a tarde e início da noite, enquanto centenas de policiais continuaram cercando o Comando da PM.

Tropas de vários batalhões recusaram-se novamente a sair às ruas para o policiamento no dia 25. Na quinta-feira, 26, Eduardo Azeredo anuncia piso de R\$ 615 para soldados e detetives (o menor salário), 48% de aumento real sobre os salários anteriores.

Todas essas ações conjugadas^x resultaram no sucesso do movimento grevista dos policiais belo-horizontinos, já que parte de suas reivindicações foi atendida (em especial, o aumento salarial). Em decorrência, a greve repercutiu em todo o país e policiais de diferentes Estados também começaram a se mobilizar.

O "Hinge" para um novo repertório: condições de vida dos praças mineiros em 1997

A greve dos militares pode ser analisada pela ótica das reivindicações. As condições salariais e de vida dos membros do baixo escalão da PM nunca foram elevadas. O "abandono" em que se encontravam os praças da PM mineira torna possível identificar as razões desse movimento que contrariou leis que proíbem greve na polícia. Porém, é errôneo supor que o repertório grevista militar de 1997 ocorreu por questões meramente salariais, sendo relevante ressaltar a insatisfação dos praças no que dizia respeito a "rigidez disciplinar-hierárquica".

Salvo a disposição acima, acredita-se aqui que a precária condição de vida dos praças da PMMG contribuiu para eclosão do novo repertório aludido. O governo e o comando da PM não atentaram de maneira adequada para a dimensão de tais problemas^{xi}, observando-se assim, no ano de 1997 o "hinge" (momento crítico, segundo Tilly) para o surgimento do novo *repertório de ação* dos praças (através de um *ciclo de protestos* grevistas) almejando atender os interesses expressos naquela conjuntura.

Os subalternos da PM mineira, mesmo sendo maioria na organização e tendo mais contato com a sociedade, são os que recebem menos treinamento, menos benefícios e pouco reconhecimento organizacional e social. A falta de condições para sobrevivência na vida desses praças era uma constante, como mostra as declarações expostas em um Relatório Interno da Polícia Militar^{xii}:

Nº 080.213-5 - cabo PM: segundo o mesmo, esta atravessando uma péssima situação financeira. Ele é casado, tem filho, sempre é indicado para receber cesta básica da AFAS. O militar se encontra morando com seu sogro de favor em um barracão nos fundos. Está preparando documentação para

conseguir empréstimo financeiro para construir em seu lote (...), uma vez que seu sogro está lhe atormentando para desocupar o barraco.

Nº 060.465-2 - cabo PM: casado possui duas filhas estudando (5ª e 1ª série), paga R\$ 200,00 (duzentos reais) de aluguel, contraiu dívidas na tentativa de sair do aluguel, paga dois empréstimos junto ao IPSM. Atualmente está devendo R\$ 440,00 na (...), onde paga prestação de R\$ 119,00 por mês.

Nota-se, que os policiais de baixa patente enfrentavam problemas referentes: as dissidências familiares decorrentes de precárias condições de vida, ao rigor do Regulamento Interno, a punição, a humilhação e a rejeição por parte da população. No que concerne essa constatação é possível entender o enorme índice de suicídio e alcoolismo presente nesta categoria militar. Informações sobre tais problemas são destacadas por um primeiro sargento da PM mineira:

A minha avaliação é que o suicídio é o resultado de, entre alguns fatores, da cobrança que o policial é submetido, porque dele é cobrada toda idoneidade possível, ele não pode falhar, ele não pode errar, ele é punido de forma desumana muitas vezes nos quartéis, por mais que isso seja em menor grau hoje, mas se nós estamos falando do processo histórico é realidade. Ele é humilhado sim, nos quartéis, e de repente ele não tem condições de exercer isso (errar) na família e na sociedade. Então na minha avaliação aí estão alguns dos fatores que geram conflito, que levam o policial ao suicídio. (Luíz Gonzaga Ribeiro)^{xiii}.

Deve-se salientar também, a enorme disparidade salarial presente na PM mineira á época. Um coronel, chegava a receber sete vezes mais que um soldado. Revistas e jornais denunciaram a existência de oficiais recebendo 15 vezes mais que sargentos, cabos e soldados.

Diante dos baixos salários, os praças da PM, começaram a buscar outras ocupações. O baixo escalão da corporação militar aderiu ao sistema *do "fazer bico"* como: segurança, motorista, atendente de bar, etc, chegando, assim, a trabalhar mais de 16 horas por dia.

O cotidiano de grande parte dos praças da corporação mostrava-se marcado por preocupações relacionadas, na maioria das vezes, com contração de dívidas resultantes da busca de condições mínimas de sobrevivência. Todavia, "dívidas" eram consideradas transgressão disciplinar no Regulamento da PM (RDPM).

É notório que a maioria dos soldados, cabos e sargentos, diferentemente dos oficiais, moram em casas alugadas, ou *"de favor"* com familiares. Residem nas proximidades (ou mesmo dentro) de favelas e cortiços (que várias vezes precisam revistar).

Nota-se que a corporação funciona 24 horas sem parar e, por esse motivo, a escala é de 12 horas de trabalho, por 24 horas para descanso, e aqueles que trabalham em regime especial (24 horas) obtém o direito de folgar 48 horas. O *"oficial de dia"* gerencia a corporação, cabendo a ele todas as obrigações administrativas (esses policiais seguem o horário administrativo que coincide com o comercial).

No trabalho de campo em viaturas trabalha-se em conjunto: em geral um sargento, dois cabos e dois soldados. Todas iniciativas de ordenação, encaminhamento e passagem do serviço cabem ao sargento.

No trabalho policial-militar (batidas em favelas, busca e captura de criminosos, apreensão e localização de

veículos, armas e repressão ao tráfico) onde o perigo e a violência fazem parte do cotidiano, percebe-se o não engajamento dos oficiais. Soldados, cabos e sargentos fazem a linha de frente e muitas vezes os acidentes de trabalho são inevitáveis. É certo que os conflitos entre oficiais e praças, sob a capa da hierarquia e da disciplina, acabam obscurecidos.

A população legitimou a greve da PMMG devido ao fato dos praças da corporação serem também uma classe marginalizada na sociedade, reivindicando por seus direitos como qualquer outra. Entretanto são reais os problemas estabelecidos ao ser realizada um greve policial-militar. O coronel Josemar Trant de Miranda (Assessor Parlamentar do Deputado Federal Paulo Heslander à época do movimento), reafirma essa idéia:

A simpatia da população ocorreu porque era justamente a classe mais fraca, uma classe pobre que estava reivindicando como muitas outras. Agora, causou também perplexidade porque eles nunca esperavam e nunca tinham visto isso: uma tropa armada em greve (Josemar Trant de Miranda).^{xiv}

Segundo Nilson Borges Filho (cientista político), existiam dois motivos principais para que segmentos expressivos da população belo-horizontina apoiassem o movimento dos praças:

Devemos considerar dois aspectos. Primeiro, que a Polícia Militar é bem aceita por grande parte da população mineira, ao contrário da Polícia Civil. Segundo aspecto: o governo Azeredo estava muito desgastado à época. O apoio ao movimento dos policiais revela uma população tentando atingir o governo estadual, assim, alguns não apoiavam tanto pelo significado do movimento, mas, apoiava o movimento para atacar o governo estadual (Nilson Borges Filho)^{xv}.

O movimento reivindicatório da Polícia Militar expressou sua relevância ao articular duas variáveis: uma externa, relativa a repercussão do movimento no que tange os problemas sociais colocados ao se estabelecer uma greve dentro da PM; e outra interna, referente aos inúmeros desajustes dentro da própria corporação, que levaram ao rompimento dos pilares de sustentação da instituição Polícia Militar (hierarquia e disciplina).

A Polícia Militar de Minas Gerais sempre foi vista (pelos policiais de outros Estados) como uma corporação disciplinada e preparada, destacando-se no cenário nacional, entretanto, nota-se que a crise da PM mineira avolumava-se gradativamente de maneira camuflada.

Por derradeiro, anota-se que nenhuma outra categoria após a manifestação policial militar utilizou-se do *repertório de greve armada*. Não obstante, os praças da Polícia Militar terminam por incorporar à sua experiência certas estratégias e valores novos (grevistas-democráticos), num espaço de protestos abertos criado pela conjuntural ruptura dos laços hierárquicos e disciplinares.

Notas

ⁱ TILLY, Charles. Contentious Repertoires in great Britain, 1758-1834. In TRAUGOTT, Mark (org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, pp. 15-42.

ⁱⁱ TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In TRAUGOTT, Mark (org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, pp. 89-116.

ⁱⁱⁱ Ao acelerar a inovação e a adaptação das técnicas de protestos, os *ciclos* podem elaborar novos *repertórios*. Tarrow (1995), salienta que a *modularidade das ações coletivas* diz respeito aos recorrentes comportamentos rotinizados em

protestos, que são, por sua vez, difundidos para um grupo ou um local, em diferentes momentos do processo histórico. As ações modulares fornecem vantagens aos protestantes, através de sua agilidade na transmissão de táticas eficazes. Os *ciclos de protestos* dinamizam o jogo dos *repertórios da ação coletiva*. Entretanto, ao facilitarem a rápida transmissão de uma determinada *ordem modular* (apreendida, adaptada e rotinizada), os *ciclos* facilitam também o "olhar" das autoridades, que rapidamente aprendem a responder efetivamente às manifestações.

^{iv} "O conceito de **cultura política** pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos" (Motta, 1996: 84).

^v Em especial, cabo Júlio César Gomes (Deputado Federal) e o sargento Washington Fernando Rodrigues (Deputado Estadual).

^{vi} Expressão formulada e utilizada por José Miguel Arias Neto em sua tese de doutorado (USP), intitulada "*Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*" (Arias Neto, 2001).

^{vii} Cabo baleado quando tentava evitar a fuga de dois assaltantes.

^{viii} Uma comissão foi formada às pressas para negociar em nome dos praças. Faziam parte desta comissão: cabo Júlio César Gomes dos Santos, cabo Maurício Rodrigues de Barros e o soldado Gilmar Miguel de Oliveira, todos pertencentes ao Batalhão de Choque. O quarto componente da comissão, o 2º sargento Washington Fernando Rodrigues, pertencia ao 5º Batalhão da Polícia Militar.

^{ix} Além dos quatro representantes já citados faziam parte também três representantes da Associação dos Subtenentes e Sargentos: subtenente Welinton Eustáquio, presidente; subtenente Gilberto Agostinho dos Reis, vice-presidente e o 1º Sargento Luiz Gonzaga Ribeiro, diretor de planejamento. E dois representantes do Clube de Cabos e Soldados: cabo Newton de Moraes, presidente; soldado Amauri Soriano de Oliva, diretor administrativo.

^x A cronologia do movimento aqui relatada, foi retirada, em especial, dos seguintes jornais e revistas: Jornal Estado de Minas (15/06/1997); Jornal O Tempo (27/06/97 e 21/06/1998) e Revista Veja (02/07/97 e 30/07/97).

^{xi} Tais problemas são evidenciados por um tenente-coronel: "*A Polícia Militar trabalhava numa situação de extrema dificuldade material (...). Nós não podemos fugir à questão social(...). Nossos militares, muitos deles, residem na periferia de Belo Horizonte, muitos residentes em favelas, em conglomerados. É uma situação de extrema dificuldade para o nosso policial militar que, ao mesmo tempo, se vê obrigado a trabalhar aí na Savassi, no Alto Mangabeiras, na Pampulha, em locais onde o nível de vida é muito superior. Ele sai da sua residência preocupado com o trabalho, deixando ali sua esposa e seus filhos, às vezes, numa situação de insegurança porque marginais, traficantes, estão ali próximo e sabem que ele é um PM, sabem que ele reside ali. (...)*". Entrevista concedida pelo Tenente-Coronel Rúbio Paulino Coelho - Assessor de Comunicação da Polícia Militar de Minas Gerais à época da entrevista -, em 10 de julho de 1998.

^{xii} Fragmentos de um relatório interno da Polícia Militar, mostrados pelo Jornal O Estado de Minas. Domingo, 15 de junho de 1997, p. 43 e 44.

^{xiii} Entrevista concedida por Luiz Gonzaga Ribeiro (componente da comissão de negociação que representava os praças) em 18 de Agosto de 1998.

^{xiv} Em entrevista concedida por Josemar Trant de Miranda em 12 de novembro de 1998.

^{xv} Entrevista concedida por Nilson Borges Filho (Cientista Político) em agosto de 2001.

Referências

AMARAL, Juracy Costa. *A greve policial: o encadeamento dos processos políticos e sociais na Polícia Militar de Minas Gerais - a mobilização dos policiais em 1997*. Rio de Janeiro, 2000 (Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação. UFRJ).

ANASTASIA, Carla. *O Direito e a ritualística dos motins: a lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: 2001 (mimeo).

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*. São Paulo, 2001 (Tese de Doutorado. Departamento de História. USP).

BENEVIDES, Maria Victória. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo, Ática, 1991.

BORGES FILHO, Nilson. *Os Militares no Poder*. São Paulo, Acadêmica, 1994.

LEINER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "A história política e o conceito de cultura política". In: LPH: Revista de História - X Encontro Regional de História da ANPUH/MG. Juiz de Fora, Universidade Federal de Jus de Fora, n. 6, 1996, p. 83-91.

TARROW, Sidney. "Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention". In TRAUGOTT, MarK (org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, pp. 89-116.

TILLY, Charles. "Contentious Repertoires in great Britain, 1758-1834". TRAUGOTT, MarK (org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, pp. 15-42.
----- "Getting It Together in Burgundy". In *Theory and Society*, 1977, pp. 479-504.

TRAUGOTT, MarK. Recurrent Patterns of *Collective Action*..In TRAUGOTT, MarK (org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, pp. 01-14.